

# Conselho decide votar a

Foram discutidas várias fórmulas. PMDB e PFL divergem sobre apresentação de um substitutivo

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quarta-feira, 9 de outubro de 1985

## Constituinte no dia 23

Foram discutidas várias fórmulas. PMDB e PFL divergem sobre apresentação de um substitutivo

Embora tenha marcado para o próximo dia 23 a votação da emenda presidencial de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho Político do Governo não conseguiu ontem definir a melhor fórmula para votar a proposta. O PMDB, através do seu líder na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, já admite incluí-la em um substitutivo, junto com outras sugestões de parlamentares, mas os líderes do PFL, senador Carlos Chiarelli e deputado José Lourenço, querem votá-la isoladamente, da forma como foi apresentada pelo presidente.

Para que a votação ocorra no dia 23, o relator da Comissão Mista do Congresso, deputado Flávio Bierrenbach, terá de apresentar o seu relatório final sobre a emenda Sarney no dia 15. Pimenta informou a Sarney que o relator já está decidido a apresentar um substitutivo, restando apenas definir as sugestões que serão acatadas.

Pelo menos três idéias foram defendidas durante a reunião pelo deputado Pimenta da Veiga: a de se convocar uma comissão especial — com 15% dos membros da Câmara e do Senado — para elaborar e aprovar as leis ordinárias durante a Constituinte; a realização de um referendo popular para ratificar a nova Constituição e a eleição de um único presidente para a Constituinte, para a Câmara e para o Senado.

Por unanimidade, o Conselho resolveu repelir esta última proposta, que naturalmente contemplaria o deputado Ulysses Guimarães. Os líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e do PFL e PMDB no Senado, Carlos Alberto Chiarelli e Hélio Gueiros, respectivamente, argumentaram que o Brasil continua experimentando um sistema bicameral, que não se coaduna com a idéia.

A Câmara e o Senado

### Reforma espera por Funaro

Para aproveitar a concentração de parlamentares no Congresso durante a semana de votação da emenda da Constituinte, o Conselho Político decidiu votar também a proposta de reforma tributária, produzida a partir de uma negociação entre as lideranças políticas e representantes da Frente Municipalista. O projeto será votado no dia 21 ou 22.

O presidente Sarney afirmou que vai esperar o retorno ao Brasil do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, com quem discutirá as implicações de uma fórmula que atenda aos municípios sem onerar demasiadamente os cofres do Tesouro.

#### PACTO

E voltou a insistir na importância que seu governo atribui ao pacto social, como passo indispensável para que o Brasil consiga vencer a crise econômico-social e, ao mesmo tempo, consolidar o projeto de democratização, afastando os riscos de traumas e abalos políticos e institucionais.

Sarney falou que as últimas conversações estabelecidas na área sindical tinham sido encorajadoras. Os líderes presentes — Carlos Chiarelli e José Lourenço, do PFL, Hélio Gueiros e Pimenta da Veiga, do PMDB, apoiaram sem restrições a idéia de um pacto social que leva a Nação a se solidarizar com o projeto político e econômico do governo, principalmente a posição do país na negociação da dívida externa.

#### CEF

Pimenta da Veiga pediu uma solução para o proble-

funcionarão paralelamente, como o Congresso Nacional, à Assembleia Nacional Constituinte. Não teria, portanto, nenhum sentido, acenar com os presidentes das duas Casas e criar uma presidência para as duas e mais a Constituinte.

Nem mesmo a proposta de formação de uma comissão para cuidar da legislação ordinária, feita pelo presidente da Câmara e do PMDB deputado Ulysses Guimarães, sensibilizou os líderes do PFL. "Isso não será realizável porque estaremos privilegiando algumas pessoas, que seriam parlamentares e constituintes ao mesmo tempo. Quem for excluído da comissão, certamente irá reclamar", atacou Lourenço, propondo uma alternativa: "Melhor seria que o Congresso funcionasse à tarde e a Constituinte pela manhã, ou vice-versa".

#### PRELIMINAR

A reunião do Conselho foi apenas uma preliminar do que ocorreu à noite, na residência do deputado Ulysses Guimarães, anfitrião de um encontro dos líderes partidários com o relator Flávio Bierrenbach. No Palácio, o presidente Sarney agiu, diante das divergências, como "um magistrado", segundo Pimenta da Veiga, mas demonstrou clara preferência pelas posições do PFL, na opinião de José Lourenço.

De resto, PMDB e PFL concordaram em um ponto. A subemenda Manuel Costa — que reduz para 12 meses o prazo de desincompatibilização — terá de ser substituída por uma outra que estabeleça prazos diferenciados. Governadores, ministros e secretários de Estado com mandato sairão bem antes das eleições (o prazo não foi fixado), mas quem não tiver mandato permanecerá um pouco mais em seus cargos.

ma da admissão de 40 mil economistas pela Caixa Econômica Federal, já formulado pelo seu presidente, ex-senador Marcos Freyre. Sarney pediu tempo, avisando que precisava discutir o pleito com o seu ministro da Fazenda em face das suas repercussões sobre o Tesouro.

Funaro acha-se em Seul, Coréia do Sul, participando de reunião da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional. O presidente teme adotar qualquer medida que possa repercutir desfavoravelmente junto aos banqueiros internacionais na medida em que importe em aumentar o déficit de nossas contas públicas. Este tema e o da reforma tributária só terão solução com a anuência do ministro da Fazenda.

#### VEREADORES

Por fim, Sarney autorizou seus líderes a estudar uma fórmula de fixação dos subsídios dos vereadores que concilie os interesses deles com o bem público. Isso significa fixar um patamar que não permita às Câmaras Municipais estabelecer vencimentos acima de certo percentual em relação aos subsídios dos deputados estaduais, para evitar abusos que têm sido freqüentes no interior do Brasil — e particularmente em algumas capitais.

A fórmula terá que fixar um patamar-limite para que os subsídios não venham a exceder nunca os dos deputados estaduais, como já vem ocorrendo em algumas capitais brasileiras. Isso não significa que o Congresso venha a fixar os subsídios dos vereadores, mas apenas fixar limites para evitar abusos.



### General quer manter papel dos militares

O comandante da Escola Superior de Guerra, general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, em pronunciamento feito ontem, na Ordem dos Advogados do Brasil, advertiu que a destituição, no texto constitucional, das Forças Armadas como elemento garantidor da segurança interna "não retira a possibilidade de as Forças Armadas realizarem um golpe contra o Governo..."

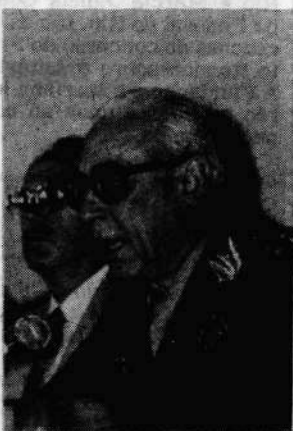
Afirmou, contudo, que "não tem cabimento o temor de uma ação tuteladora por parte dos militares sobre o poder civil, porque não há tal pretensão. E isso se deve ao espírito genuinamente democrático dominante em nossas fileiras".

Mas, insistiu o general, "é fundamental que a próxima Constituição mantenha a destinação tradicional de nossas Forças Armadas" (garantir a segurança interna). E é fundamental, afirmou, "não para o benefício das Forças Armadas, é fundamental para o Brasil".

Final, voltou a advertir o comandante da ESG, mais à frente, "nada nos autoriza a supor que grupos radicais internos não venham no futuro, quando frustrados pelo voto, a iniciar o conflito armado, recorrendo a técnicas de terror e aos processos de guerrilhas".

Não se pode esquecer também, continuou o general, "o fato de ser comum hoje, quando surge a guerrilha em países fronteiriços, o homizão dos guerrilheiros no país vizinho, não raro acabando por contaminar ideologicamente as populações em contato e exportando a guerrilha".

O comandante da Escola Superior de Guerra, que defendeu a inclusão, de forma explícita, dos Objetivos Nacionais Permanentes no texto constitucional, e, já na fase dos debates, rebateu a afirmação do jornalista Carlos Chagas, de que o poder foi usurpado pelos militares em 1964, com o argumento de que, "em 1964, o que houve foi uma reação do povo brasileiro, foi o povo brasileiro que levou as Forças Armadas a fazerem isso". E, ao ouvir que as medidas de emergência, embora mais suaves que o Estado de Sítio, não são democráticas, porque "estão na Constituição sem que o povo as tenha colocado lá", o general concluiu: "Isso não interessa".



Euclides Figueiredo

ANC 88  
Pasta 10/85-1  
078/1985